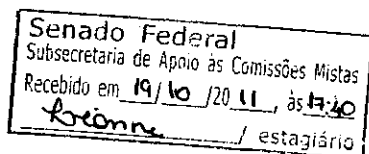




CONGRESSO NACIONAL



MPV 547

00032

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 19/10/2011	Medida Provisória nº 547			
Autor Senador Gim Argello (PTB/DF)			Nº do Prontuário	
1. <u>Supressiva</u> 2. <u>Substitutiva</u> 3. <u>Modificativa</u> 4. <u>x</u> <u>Aditiva</u> 5. <u>Substitutivo Global</u>				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao Art. 5º, da MP 547, de 2011 a seguinte redação:

“**Art. 42-A** Os municípios que possuam áreas de expansão urbana deverão elaborar Plano de Expansão Urbana no qual constarão, no mínimo:

I –.....;

II –.....;

III – definição de diretrizes específicas à urbanização e das áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais, se for o caso;

IV – definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redação do inciso IV e do inciso VII do art. 42-A da Lei nº 10.257 de 2001 contém expressões abstratas que podem resultar em interpretação equivocada do dispositivo de lei, tais como, “promover a diversidade”, “justa distribuição dos ônus” e “recuperação para a coletividade da valorização imobiliária” motivo pelo qual a sua exclusão é recomendada. A legislação própria que regulamenta as diretrizes urbanas municipais trata dos usos e destinações através do zoneamento e determina contrapartidas a fim de compensar à Municipalidade de eventuais



danos.

A redação do inciso V parece obrigar o Município a definir áreas para habitação de interesse social. As áreas habitacionais declaradas por lei como de interesse social já está previsto e sua constituição deve ser facultativa, motivo pelo qual deve ser retirada.

Por fim, a alteração proposta no inciso IV que, com a mudança proposta acima tornou-se o inciso III, visa adequar o dispositivo legal às legislações municipais que estabelecem outras formas de contrapartidas que não equipamentos e instalações públicas como, por exemplo, a realização de obras consideradas de interesse público pré-definidas pela Municipalidade (pavimentação de ruas, arborização de praças etc), motivo pelo qual se insere a parte final “se for o caso”.

Sala das sessões.

PARLAMENTAR

Senador Gim Argello (PTB/DF)

